

O euro ou “possibilidade real do fracasso do projeto europeu”¹

1. – Foi certamente sábia e bem intencionada a ideia que presidiu à criação (abril/1951) da primeira das comunidades europeias, a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Ao colocar sob uma autoridade comum o ‘governo’ do carvão e do aço, procurava-se evitar que os conflitos de interesses à volta destes materiais estratégicos (nomeadamente entre a Alemanha e a França) condenassem os povos a uma nova guerra.

Mas a história mudou quando se começou a pensar no *mercado comum*, dando início ao processo que levaria ao Tratado de Roma (1957) e à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE). Viviam-se então o período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas, mas a verdade é que, por mais estranho que pareça, a filosofia e a estrutura da CEE foram profundamente marcadas pelas concepções liberais em matéria de política económica. Isto mesmo realçou Pierre Mendès-France (um dos poucos deputados que acompanharam os comunistas franceses no voto contra a ratificação do Tratado de Roma, em janeiro/1957), ao justificar o seu voto porque “o projeto do mercado comum, tal como nos é apresentado, baseia-se no liberalismo clássico do século XIX.”

Desde o início do processo, os críticos do Tratado de Roma deram-se conta de que o “espírito do mercado comum” acabaria por privar os estados-membros dos meios e das competências indispensáveis para assegurar o controlo da economia pelo poder político democrático. A história da ‘Europa’ confirma plenamente estes receios e previsões: o “espírito do mercado comum” acabou por conduzir à “abdicação da democracia”.

Passada a fase da CECA, o projeto do *mercado comum* visou pôr de pé uma estrutura económico-política que esvaziasse o ‘perigo’ de vitória eleitoral dos partidos comunistas na Itália e na França e que, no ambiente próprio daqueles tempos de guerra fria, servisse de tampão à influência da URSS. Por isso (e também porque as empresas americanas instaladas na Europa representavam então a 3ª economia mundial) os EUA apostaram no projeto ‘Europa’. Do lado europeu, alguns viram neste projeto a resposta adequada da Europa ao *défi américain*.²

¹ Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto em 20.3.2015.

Ofereço este texto ao meu Colega e meu Amigo Prof. Dr. Fernando Oliveira, com quem tive o prazer de trabalhar durante vários anos, sendo ele Vice-Decano e depois Decano da FDUAN, no âmbito da cooperação entre a Faculdade de Direito de Coimbra e a FDUAN. Generosamente, a FDUAN quis recordar o meu trabalho neste campo atribuindo o meu nome a um dos anfiteatros da Faculdade. Eu quero aproveitar esta ocasião para sublinhar que o meu trabalho deve muito à competência, à dedicação e à lealdade do Prof. Fernando Oliveira. Não me sentiria bem se não dissesse aqui que, a meu ver, a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto deve muito a este seu Professor e ex-Decano, que sempre colocou acima de tudo o serviço ao povo de Angola.

² Cfr. Jean Jacques SERVAN-SCHREIBER, *Le Défi Américain*, Paris, Denoël, 1967 (trad. port., *América: Desafio ao Futuro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1968).

Por outro lado, todos os seus promotores tiveram a consciência (incluindo os dirigentes socialistas) de que a ‘Europa’ liberal que começavam a pôr de pé iria ferir de morte a “Europa social”.

Embora admitindo a livre circulação de pessoas (sempre condicionada...), as *liberdades de circulação de serviços, de mercadorias e de capitais*, bem como a *liberdade de estabelecimento*, foram sempre assumidas e proclamadas como as *verdadeiras liberdades fundamentais*. A ‘falecida’ Constituição Europeia consagrava isto mesmo expressamente. Derrotado o ‘projeto constitucional’, as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa (dezembro/2007) não passaram de simples cosmética *para europeu ver*, como os seus responsáveis afirmaram em todos os tons. Na essência, tudo continua na mesma: aquelas *liberdades do capital* são mesmo as *liberdades fundamentais* que contam nesta ‘Europa’ do capital.

Segundo um seu ilustre colaborador e biógrafo, Mitterrand confessava, em 1983, estar “dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social”.³ Era o reconhecimento de que a *justiça social não tinha lugar na ‘Europa’* em construção desde 1957. E, como é sabido, Mitterrand optou pela construção da ‘Europa’, sacrificando a justiça social. Esta tem sido, desde o início do processo de integração europeia, a opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus.

Alguns anos mais tarde, logo a seguir à queda do Muro de Berlim (9.11.1989), Michel Rocard reconhecia, com grande frieza – seguindo, afinal, a lição de Mitterrand –, que “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa”, aceitando que, “para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel”.

Confissões como a de Rocard refletem concepções que equivalem à *morte da política* e ao reconhecimento de que *a soberania reside nos mercados*, ideia tão sugestivamente expressa nesta síntese espantosa de Joschka Fisher⁴ (ex-dirigente de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados”. *Mercados Über Alles!*

Com a aprovação do *Tratado de Maastricht*, alterou-se profundamente a “natureza ideológica da comunidade”: esta passou a ser dirigida segundo princípios “ultraconservadores”, privando os estados-membros de autonomia em matéria de política monetária, cambial e orçamental e pondo em causa abertamente o chamado *modelo social europeu*.⁵

³ *Apud* Jacques ATTALI, *ob. cit.*, 399.

⁴ *Apud* U. BECK, *ob. cit.*, 58.

⁵ No que me diz respeito, sinto-me confortado nas críticas que venho fazendo há anos à cedência da social-democracia europeia ao ideário neoliberal por ver que, em livro recente, João Ferreira do Amaral não poupa nas palavras com que responsabiliza os socialistas europeus (incluindo o PS português) por terem construído este “mundo maastrichtiano”: “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, porque “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht. (...) Este desvio para a direita por parte do socialismo europeu (...) foi dos maiores

Os arquitetos da ‘Europa’ sempre souberam que as *liberdades fundamentais* de que falei há pouco, junto com as *regras comuns em matéria de concorrência*, implicavam o abatimento das soberanias nacionais. A consciência disto mesmo torna hoje inequívoco que o desenho da CEE significou, deste ponto de vista, uma primeira vitória do liberalismo alemão sobre o intervencionismo francês, construído no após-guerra (forte setor empresarial do estado, planificação pública da economia e sistema público de segurança social). O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o neoliberalismo (à moda de Hayek e de Friedman). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas o projeto ‘Europa’ “apresentou-se desde o primeiro dia como uma máquina para liberalizar”.⁶

2. - A partir do Tratado de Roma, o processo de integração europeia passou a decorrer sem a participação democrática dos cidadãos e dos povos da Europa nos processos de discussão e de decisão: a *Europa dos negócios* foi sendo construída em segredo (como convém aos negócios), “à porta fechada”, “ignorando sempre a população”, como sublinha Habermas.⁷

Por isso é geralmente reconhecido que a história da construção europeia é também a história do seu *défice democrático*, constituindo este uma espécie de ‘pecado original’ do processo de construção da ‘Europa’. A história desta *Europa do capital* mostra, com efeito, que ela assentou sempre numa atitude de *reserva mental* (escamoteando aos povos da Europa o verdadeiro significado da cada passo dado), numa política dos ‘pequenos passos’, numa *política do facto consumado* (há quem fale de *método Monnet*), na “mentira política institucionalizada, na hipocrisia, no ilusionismo e na abdicação generalizada da vontade”.⁸ Nunca (ou muito raramente) foi dada a palavra ao povo, com o argumento de que o povo não percebe o que está em causa e não tem capacidade para perspetivar o futuro, insinuando estes ‘déspotas pseudo-esclarecidos’ que, se certas decisões (as mais importantes para a vida dos povos) ficassem dependentes da vontade popular, a História nunca avançaria.

Conhecido o resultado do referendo sobre a chamada *Constituição Europeia*, o Presidente Jacques Chirac teve o bom senso de afirmar: “os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é”.

A imposição do *Tratado de Lisboa* pelos defensores do “pensamento único euro-beato” (Jacques G  n  reux)    a confissão solene de que os construtores da ‘Europa’ querem impor “a Europa como ela   ”, ainda que contra a vontade dos povos europeus, acentuando o *défice*

erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam”. Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos...*, cit., 99/100.

⁶ Cfr. B. CASSEN, “Ressurrei  o...”, cit.

⁷ Cfr. J. HABERMAS, *Um Ensaio...*, cit., 66 e 167.

⁸ Cfr. J. G  N  REUX, *ob. cit.*, 14.

democrático de todo o processo de construção europeia. Na verdade, todos os dirigentes europeus proclamaram, aos quatro ventos, que este novo Tratado só deixou de se chamar ‘constituição’, mantendo tudo o que era a essência da ‘falecida’ *Constituição Europeia*, tanto no que se refere à estrutura dos poderes políticos como no que tange às questões económicas, financeiras e sociais. Por isso o fizeram aprovar longe da ‘populaça’, no ambiente ‘amigo’ e ‘confortável’ dos parlamentos nacionais – que já tinham aprovado, por larguíssima maioria, a ‘constituição europeia’ que os povos rejeitaram, pondo em causa, seriamente, a legitimidade da chamada *democracia representativa*.

Acresce que o referido *défice democrático* vem-se agravando perigosamente desde o início da crise. A UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém dá pela existência do Parlamento Europeu, que continua a ser um *nada político*, muito longe de ser o órgão representativo dos povos da União Europeia. A Comissão Europeia cobriu-se de ridículo, tendo perdido a autonomia e o poder de iniciativa. E é claro que nem os povos, nem os parlamentos nacionais são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Habermas chama de “intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores”. A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, é completamente ignorada, porque tudo é decidido em função dos interesses ‘imperiais’ e dos calendários eleitorais da Alemanha.

3. – Com a vitória da *contra-revolução monetarista*, em meados da década de 1970, o vírus neoliberal foi sendo inoculado em doses fatais nos sucessivos tratados estruturantes da ‘Europa’, desde o *Ato Único Europeu* (1986) ao *Tratado de Maastricht* (1991), à ‘endeusada’ *Constituição Europeia* (assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em outubro/2004, e morta depois, de “morte matada”, pelos votos de franceses e holandeses), ao chamado *Tratado de Lisboa* (dezembro/2007) e ao mais recente *Tratado Orçamental* (março/2012).

Tudo isto foi possível porque os partidos socialistas europeus escolheram este caminho. Um momento marcante desta ‘evolução’ foi sem dúvida o Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg, em 1959, que aprovou o novo programa do partido, no qual não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*.

Preocupados fundamentalmente com a necessidade de ganhar ‘respeitabilidade’, os partidos socialistas e sociais-democratas europeus proclamaram o seu respeito pelo *deus mercado* e a sua ‘fé’ nas virtudes da “concorrência livre e não falseada” e da “economia social de mercado” (ou “economia de mercado regulada”), ‘aliviados’ pela ‘crença’ de que *não há alternativa* (Thatcher *dixit*) ao mercado e ao capitalismo. Resolveram *fazer política a sério*, afirmando a sua ‘vocação governamental’ e a sua disponibilidade para ‘assumir a responsabilidade’

(*responsabilidade de estado...*) de assegurar a *gestão leal do capitalismo*, sem pôr em causa o próprio sistema.

Conscientes do passo que deram, os socialistas europeus procuram passar a ideia de que continuam a ser socialistas, proclamando que são *defensores do capitalismo* na esfera da produção, mas *são socialistas* no que toca à distribuição do rendimento.

Para além da contradição nos termos (como pode ser socialista quem defende o capitalismo como modo de produção?), creio que esta doutrina social-democrata representa uma equação teórica e política tão difícil de resolver como a da *quadratura do círculo*. Com efeito, sabemos, desde os fisiocratas, que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-se separadas das estruturas e das relações sociais da produção. Por outras palavras: a estrutura de classes da sociedade e as relações de produção que lhe são inerentes são os fatores determinantes da distribuição da riqueza e do rendimento. A lógica da distribuição não pode ser antagónica da lógica inerente às relações de produção capitalistas. Como é óbvio, não se pode defender o capitalismo na esfera da produção e o socialismo na esfera da distribuição.

As coisas são como são e eu creio que não é fácil negar hoje as responsabilidades da social-democracia europeia na ‘morte’ de Keynes e a sua conversão ao neoliberalismo ‘codificado’ no *Consenso de Washington*.

Prosseguindo um processo iniciado em finais do século XIX, o movimento social-democrata abandonou também, em meados do século passado, a tese de que o estado é sempre, nas sociedades de classes, um *estado de classe*, deixando para trás não só Marx, mas os grandes clássicos do século XVIII. Basta recordar os fisiocratas, para quem o estado era o *estado dos proprietários*. E recordar Adam Smith: o estado foi instituído logo que surgiram (e porque surgiram) “propriedades valiosas e vastas”; foi “instituído com vista à segurança da propriedade”, com vista “à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”; foi instituído para garantir aquele “grau de autoridade e subordinação” sem o qual não é possível manter o *status quo*.

Como salienta um dos seus teóricos em Portugal, a “esquerda democrática” “mudou radicalmente de atitude face ao estado”, ao longo do século XX: abandonou a “posição libertária de querer destruí-lo [ao estado capitalista], como dominação e fator de dominação burguesa” e proclamou uma mudança na “arquitetura institucional do estado”, transformando-o em um “espaço de integração social e intervenção política para as organizações vinculadas ao movimento operário”. No novo programa do socialismo reformista o estado (o *estado capitalista*, porque é dele que estamos a falar) passou a ser considerado como “comunidade política nacional”, como “espaço de pertença de toda a coletividade”, como “expressão da comunidade política nacional”, como “representação política de toda a sociedade”.⁹

⁹ As transcrições são de Augusto SANTOS SILVA, *ob. cit.*, 22, 32-34, 38.

Segundo este modo de ver, o estado seria algo parecido com um clube onde todos poderiam entrar, se para isso tivessem os votos suficientes dos cidadãos-eleitores. Sem querer analisar aqui a questão do condicionamento das votações pela *ideologia dominante*, cuja produção é rigorosamente controlada pelo núcleo duro das classes dominantes¹⁰, lembrarei apenas o que se passa na ‘grande democracia americana’: há décadas que vêm sendo eleitos para a Presidência dos EUA os candidatos que conseguem reunir mais fundos para a campanha eleitoral, sendo público que esses fundos provêm, em larguíssima medida, do *Big Business*.¹¹

¹⁰ No entanto, como é sabido, foi a consciência disto mesmo que, a certa altura, levou a burguesia dominante a deixar de ver no *sufrágio universal* uma ameaça de *revolução permanente*, passando a considerá-lo um instrumento de integração, de anestesia e de prevenção da contestação revolucionária. Alguns, à direita, chegam a defender o *voto obrigatório* (o *voto pela arreata*).

¹¹ Os dados divulgados relativamente às eleições realizadas nos EUA em novembro/2012 fazem destas eleições as mais caras da história: seis mil milhões de dólares, a maior parte provenientes de empresas e de “grupos de cidadãos” abrigados em Comitês de Ação Política (*Super PAC’s*). Agências especializadas estimam que 91 pessoas terão adiantado 60,5% destas verbas, sendo 25% delas de origem incerta. As eleições americanas são um negócio escuro, sem o mínimo de transparência. Cfr. *Avante*, 8.11.2012.

As mesmas agências calculam que a contribuição destas *Super PAC’s* aumentou 400% desde 2008, por efeito de uma decisão do Supremo Tribunal Federal dos EUA (janeiro/2010) que veio impedir a limitação das verbas angariadas através deste expediente. Invocando a liberdade de expressão, o STF veio autorizar as empresas e os lobbistas a aumentar sem restrições as suas contribuições financeiras para apoiar as campanhas eleitorais dos ‘seus’ candidatos (nas últimas eleições presidenciais, calcula-se que 80% dos ‘donativos’ foram feitos por 200 ‘doadores’ muito ricos). Tudo em nome da “liberdade de expressão”! Pois bem. Reagindo a esta “completa legitimação da corrupção ilimitada”, um grupo de cidadãos pôs a circular uma petição solicitando aos dirigentes de todos os estados americanos que emendem a Constituição dos EUA, “a fim de declarar expressamente que as multinacionais não são o povo, que elas não têm os mesmos direitos que o povo e que o dinheiro não constitui uma forma de liberdade de expressão”. E a verdade é que, mesmo num país como os EUA, em fevereiro/2012, o texto já tinha obtido a aprovação de centenas de conselhos municipais (incluindo os de Los Angeles e Nova Iorque) e do Senado do Novo México. Informações colhidas em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., abril/2012 e em J. STIGLITZ, *O Preço...*, cit., 16, 20, 42, 44, 111, 191ss, 203-214, 416.

Este ‘negócio eleitoral’ (o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais) é o caldo de cultura onde nasce e se desenvolve a *grande corrupção*, que se vem confirmando como uma *doença sistémica* das sociedades capitalistas. A corrupção por esta via é potenciada nos países de regime presidencialista e naqueles cujos sistemas eleitorais assentam nos círculos que elegem um só deputado ou que permitem que, de entre os candidatos do mesmo partido, sejam eleitos os mais votados (porque, nestes casos, não são apenas os partidos que lutam uns contra os outros, são também os candidatos de cada partido a lutar uns contra os outros).

Não admira, por isso, que o sistema político dos EUA assente cada vez mais, como sublinha Joseph Stiglitz, no princípio “um dólar, um voto”, passando à história o princípio democrático “uma pessoa, um voto”. E, se é certo que “os mercados são modelados pela política”, porque “as políticas determinam as regras do jogo económico”, não é menos certo que, nos países capitalistas, “o campo do jogo está inclinado para os 1% do topo”, porque “as regras do jogo político também são moldadas por esses 1%”. O Prémio Nobel da Economia de 2001 conhece bem o sistema por dentro (ele foi economista-chefe do Banco Mundial e Presidente do Conselho de Assessores Económicos do Presidente Clinton), e não tem dúvidas em afirmar que “os mercados financeiros conseguem o que querem. Podem existir eleições livres, mas, dado o modo como são apresentadas aos eleitores, não existe uma verdadeira escolha nas questões que realmente interessam, as questões da economia”.

Sem utilizar as categorias e a linguagem do marxismo, o último livro de J. Stiglitz deixa muito claro que o estado capitalista é hoje a *ditadura do grande capital financeiro*, uma ditadura de *rendistas*, que recorre sistematicamente a práticas que classifica de “depravação moral” (é o que venho designando por *capitalismo do crime sistémico*). O ‘sistema’ recorre, aliás, a expedientes vários para afastar os pobres do sufrágio eleitoral. Nos últimos anos, as eleições presidenciais nos EUA não têm mobilizado mais do que 57% dos eleitores, e a afluência às urnas nas eleições para o Congresso não vai além de 37,5%, sendo de salientar que só 20% dos jovens exercem o direito de voto. É uma falsa democracia, que não tem a confiança dos cidadãos eleitores, uma ‘democracia’ em que os ‘representantes do povo’ são pagos pelo grande capital

É óbvio que nenhum candidato ou nenhum partido que se apresente como representante dos interesses dos trabalhadores consegue entrar neste *estado-para-todos*, porque é o dinheiro que comanda e garante a eleição do Presidente e a eleição dos Representantes e dos Senadores. E todos sabemos que não há almoços grátis... O direito a participar no estado transformou-se num ‘bem’ que tem de se ‘comprar’ no mercado, e este ‘mercado’, como todos os outros, é controlado pelo grande capital. Como em todos os mercados (em que a *soberania do consumidor* não decide nada), também neste ‘mercado dos votos’ a *soberania do cidadão* não passa de pura fantasia.

Na minha perspetiva, esta concepção da sociedade e do estado é uma das razões que facilitou o envenenamento da social-democracia europeia pelo neoliberalismo, tornando-a incapaz de fazer a crítica deste capitalismo da era da *globalização neoliberal*, sob a invocação de que *não há alternativa*, ‘argumento’ irracional, ofensivo da nossa inteligência e da nossa liberdade, que tem alimentado a *cultura do medo* difundida nos grandes meios de comunicação social pelos defensores da *inevitabilidade* das políticas que conduziram ao *capitalismo de casino*, ao *capitalismo sem risco e sem falências*, ao *capitalismo do crime sistémico*, pelos defensores das *políticas de austeridade regeneradora*, absurdas e suicidas, que estão a agravar a crise, pelos defensores da *inevitabilidade da globalização neoliberal* e da *inevitabilidade do fim do estado social*.

O *estado capitalista* foi *estado liberal* (negando, durante longo tempo, a liberdade de organização dos trabalhadores em sindicatos e o sufrágio universal, ou suspendendo-o quando lhe convinha), foi *estado fascista*, foi *estado social*, do mesmo modo que agora é *estado regulador* ou *estado garantidor*, um verdadeiro *estado feudal*, que asfixia e esvazia o *estado social*, sacrificado à garantia das *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) do grande capital financeiro. O *estado capitalista* é hoje a *ditadura do grande capital financeiro*, a *ditadura do “capital organizado”*, a *ditadura do crime organizado*, o *crime sistémico* de que venho falando.

4. - Não posso estar mais de acordo com Frédéric Lordon quando ele afirma que a construção europeia é uma “gigantesca operação de subtração política (...), de subtração de soberania popular”, que “é tão somente o outro nome da própria democracia”. Daí a crítica à

(que financia os custos obscenos das campanhas eleitorais – nas últimas eleições realizadas nos EUA, Democratas e Republicanos receberam do 1% mais rico a parte de leão dos milhares de milhões de dólares que gastaram na campanha), são eleitos pelos ricos e usam os seus poderes para moldar o sistema económico em benefício dos muito ricos, dos que vivem de *rendas* (*rendas monopolistas*, *rendas* da corrupção, *rendas* da fraude fiscal e de outras práticas criminosas, como a *lavagem de dinheiro sujo*, para além das *rendas legais*, oferecidas e protegidas pela legislação aprovada ‘democraticamente’ no Congresso). Para garantir estas votações ‘democráticas’, só os grandes do sistema financeiro mantêm ao seu serviço, em permanência, um lobbista por cada dois membros do Congresso, sabendo-se que, em momentos especiais, quando estão em causa leis importantes, chegam a mobilizar um exército de lobbistas cinco vezes superior aos membros do Congresso. Nesta *guerra de classes*, a violência não tem limites: esta *ditadura* não tem nada que ver com a *democracia real*. Ver, em especial, o cap. 2 (*Rent-seeking* e a formação de uma sociedade desigual) e o cap. 4 (Democracia em perigo) do livro de Joseph Stiglitz.

“esquerda de direita”, que fica sempre irritada quando ouve falar de *soberania*, por não entender que “a rejeição da soberania é mesmo a negação da democracia na Europa”.¹² Esta negação das soberanias nacionais, como se se tratasse de um farrapo velho, é uma atitude tão fora do mundo como a patética proclamação de Dominique Strauss-Kahn (ex-ministro todo-poderoso de Mitterrand e candidato falhado do PS às eleições presidenciais francesas): “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus”.¹³

É importante sublinhar, porém, que esta questão da importância das soberanias nacionais no quadro europeu foi diagnosticada na França, logo depois do referendo (29.5.2005) que ‘chumbou’ a ‘constituição europeia’. No dia 1.6.2005, Hubert Védrine, ex-ministro socialista dos negócios estrangeiros e partidário do SIM, escreveu em *Le Monde*: “o que envenenou tudo foi a obstinação no sentido de se ridicularizar qualquer sentimento patriótico normal, de caricaturar quaisquer preocupações com o alargamento da União, mesmo legítimas e não xenófobas, de tornar suspeito qualquer desejo, perfeitamente normal, de as pessoas pretenderem conservar, no quadro da globalização, uma certa soberania sobre os seus destinos e a sua identidade, de varrer com desprezo qualquer crítica. Foi tudo isso, juntamente com a insegurança social, com a *insegurança identitária*, com o sentimento de desapossamento democrático”, foi tudo isso que justificou o NÃO dos franceses.¹⁴

Pouco depois, escrevia Pierre Nora (também partidário do SIM): “Estamos a pagar pela ridicularização sistemática de qualquer manifestação de *apego à nação*. De forma consciente ou não, passou-se o tempo a ridicularizar e a negligenciar um inconsciente coletivo muito forte, sacrificando-o às *miragens de uma construção europeia, a uma Europa com falta de definição e de limites*, mas que nem por isso deixava de ser posta no altar de um ‘horizonte inultrapassável’ e até de um ‘sonho’”.¹⁵

Os fanáticos construtores de uma *europa-fantasma-sem-cidadãos* julgam que podem ‘construir’ a ‘Europa’ não apenas *contra os cidadãos europeus*, mas também *sem cidadãos* (fazem-se depois, talvez *made in China*, que ficam mais baratos...). Por mim, creio que é urgente compreender que os povos, as nações e os estados não se abatem por decreto ou por decisões de puro voluntarismo político, com recurso ao velho método do ‘rolo compressor’. E os povos sabem que os estados nacionais soberanos constituem a matriz da liberdade e da cidadania e são a única entidade política que, nas condições atuais, pode opor-se às forças do capital.

O *Tratado de Maastricht*, ao criar a União Europeia, veio redistribuir os poderes no seio da UE em claro prejuízo dos países mais pequenos e mais fracos. O *Tratado de Lisboa* acentuou escandalosamente o desequilíbrio de poderes entre os estados-membros da UE, apesar de

¹² Cfr. F. LORDON, “Sair do euro...”, cit., 12.

¹³ *Apud* J.-P. CHEVÈNEMENT, *ob. cit.*, 54 e 183.

¹⁴ *Le Monde*, 1.6.2005.

¹⁵ *Le Monde*, 4.6.2005.

continuar a proclamar, hipocritamente, a igualdade entre eles. O *Tratado Orçamental* (2012) vem reduzir os países mais débeis a um estatuto de tipo *colonial*, ‘governados’ por executivos eurocratas, deixando claro que todo o poder que conta está entregue à Alemanha.

Parece incontestável que a Europa é constituída por povos diferentes, todos ciosos da sua independência (que celebram, frequentemente, como feriado nacional mais importante, o dia de uma qualquer vitória sobre o país vizinho...), que respeitam e levam a sério a *soberania nacional* e que já se aperceberam de que essa história da *soberania partilhada* é uma patranha para enganar tolos. À luz desta realidade, tenho para mim que, sem estados nacionais soberanos e iguais, a ‘Europa’ nunca passará de um exótico cemitério de mortos-vivos (ou de vivos-mortos). Por isso entendo que é preciso ‘inventar’ urgentemente uma outra Europa, porque esta *Europa neoliberal* enredou-se numa teia que lhe tolhe os movimentos e a própria respiração, fazendo dela uma entidade petrificada, incapaz de evoluir e de caminhar ao encontro dos seus povos.

5. – Disse há pouco que o *Tratado de Maastricht* marca um ponto de viragem no processo de integração europeia, acentuando a nota federalista. Farei apenas breves considerações sobre a criação da UEM - União Económica e Monetária (Banco Central Europeu - BCE; euro, moeda única de vários países da UE; Pacto de Estabilidade e Crescimento - PEC).

Razões de natureza política justificaram o ‘salto’ que levou à institucionalização da UEM. A França não esqueceu que Paris foi bombardeada três vezes pelas tropas alemãs entre 1870 e 1940 (desta vez o país foi ocupado). Por isso, tentou, até ao fim, evitar a ‘reunificação’ da Alemanha. Mas Helmut Kohl ganhou o braço de ferro, ‘ajudado’ por Gorbatchev com a cumplicidade dos EUA. Regressada a *Grande Alemanha* (com a anexação da RDA pela RFA), renasceram os ‘medos’ da França, que tratou de amarrar mais a Alemanha ao barco comum europeu, aprofundando a sua inserção no tecido da Europa comunitária. A UEM surgiu, aos olhos da França, como o instrumento (político) que visava ‘controlar’ melhor a ‘ameaça alemã’, tentando evitar o regresso aos tempos do *Deutschland Über Alles*.

Talvez esta solução – que esqueceu os argumentos de ordem técnica que desaconselhavam a criação da *união monetária europeia* – tenha ajudado a resolver problemas de relação (e de desconfiança) política entre a França e a Alemanha. Mas ela veio reforçar o papel da Alemanha como potência hegemónica, que conseguiu impor aos países da zona euro as suas concepções em matéria de política monetária e financeira e conseguiu que elas ficassem consagradas nos Tratados estruturantes da UE como *normas* ou *regras* de aplicação mecânica, ‘matando’ a cidadania, a política e a democracia, que implicam a *liberdade* para *tomar decisões* e a *responsabilidade* de *prestar contas* por elas.

Muitos reconhecem hoje que terá sido precipitada a decisão de criar a união monetária europeia sem que estivessem reunidos os requisitos mínimos de uma *zona monetária ótima*: países ou regiões que partilhem o sentimento de pertença a uma mesma comunidade política e

apresentem níveis idênticos de desenvolvimento e de produtividade; forte integração no interior da zona monetária, quer no que se refere às transações de bens e serviços quer no que toca à mobilidade da mão-de-obra; uma estrutura política que permita um certo grau de federalização da fiscalidade e um orçamento com capacidade redistributiva (o orçamento da UE não vai além de 1,2% do PIB comunitário, enquanto nos EUA o orçamento federal representa 60% do PIB da União).

Compreende-se que uma zona monetária – sobretudo se pretender, como é o caso da UEM, que a sua moeda se imponha mundialmente como moeda de referência – não pode suportar no seu seio défices públicos diferenciados e significativos. Por isso é que os países que a integram devem apresentar um nível muito aproximado de desenvolvimento económico e social, para que todos possam cumprir as *mesmas regras* de gestão financeira. Mas este requisito falta na UEM, desde o início. Todos sabiam, por isso, que a *união monetária europeia* era um projeto de difícil sustentação, nomeadamente por integrar países com economias muito heterogêneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida, aos hábitos de consumo e à mobilidade, dentro do espaço europeu, dos seus trabalhadores e dos seus povos. Assim sendo, o bom senso recomendava que se desse prioridade a políticas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto, trabalhando em conjunto, *solidariamente e em cooperação*, para atingir, no âmbito da UE e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes de desenvolvimento económico e social.

Ora, é notório que as políticas adotadas até ao presente têm sido sempre em sentido contrário àquelas que este diagnóstico aconselhava. Dadas as condições históricas e os termos em que foi criada (nomeadamente o seu compromisso com os cânones mais fundamentalistas do neoliberalismo), a UEM veio destruir os sistemas de defesa dos países mais débeis da Eurozona em situações de crise (nomeadamente, a possibilidade de se financiarem através da *emissão de moeda*, de recorrerem à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos, de manejarem soberanamente as taxas de juro, de adotarem políticas inflacionistas, de regularem os movimentos de capitais).

Como é sabido, a consolidação do *mercado interno*, a construção da UEM e a densificação da União Europeia têm-se traduzido, para os estados-membros, na perda de soberania (em *europês*, fala-se de *soberania partilhada*) em vários domínios (política monetária e cambial, política financeira, agricultura e pescas, política de concorrência, etc.). E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que priva os estados nacionais de receitas não provenientes de impostos e de qualquer possibilidade de atuação direta enquanto empresários com presença relevante em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outras áreas da economia.

Importa ter presente, porém, que, apesar das *perdas de soberania* atrás referidas, a UE não é um estado federal (embora goze, agora, de personalidade jurídica): o Parlamento Europeu

não é a sede do poder político da União, e mesmo depois do Tratado de Lisboa, continua a ser um *nada político*; a Comissão Europeia não é um governo federal; o orçamento comunitário está longe de um orçamento federal digno desse nome.

Por outro lado, as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União: nenhuma das instituições comunitárias tem a competência para (ou a responsabilidade de) definir políticas anti-cíclicas, nem existem no orçamento da UE os recursos necessários para as financiar. E como as instituições da União *não são órgãos de soberania* não dispõem da chamada *competência das competências*, i. é, não podem atribuir a si próprias novas competências.

Nestes termos, amputada a sua soberania monetária e cambial e fortemente limitada a sua autonomia em matéria de política orçamental, os pequenos países do euro ficaram confinados à intervenção em matéria de salários e de emprego para enfrentar os choques externos (a chamada *desvalorização interna*, para substituir a *desvalorização da moeda*). É a política exigida para salvaguardar as taxas de lucro (combustível do processo de acumulação do capital) e para garantir ao capital financeiro a apropriação dos ganhos de produtividade.

A presente crise veio confirmar o que já se sabia: em caso de crise grave, a UE não tem meios para se defender, não tem órgãos com competência política e com meios financeiros para definir *políticas comunitárias* que possam ser mobilizadas para ajudar os países mais fracos a ultrapassá-la. Por outro lado, falta a esta ‘Europa’ a cultura da *solidariedade*, sem a qual não se pode falar de um espaço político integrado.

E a chamada (inventada) *crise das dívidas soberanas* veio acelerar as consequências decorrentes da filosofia inspiradora da UEM. No quadro da crise, as medidas adotadas para a enfrentar têm obedecido à matriz ideológica neoliberal da UE e da UEM, indo todas no sentido de acrescentar mais crise à crise, mais recessão à recessão, mais desemprego ao desemprego, mais défice ao défice, mais dívida à dívida.

A permanência e a evolução da crise vieram revelar a verdadeira face da *Europa neoliberal* (a *Europa do capital*): um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como ‘donos da bola’ e têm imposto as ‘regras do jogo’, humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os ‘povos do sul’ e os seus estados soberanos.

Na cimeira de 7/8 de maio/2010 a Alemanha persistiu em considerar a situação da Grécia como um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver bem sem trabalhar. Perante as notícias, Habermas comentou: “A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro”. E ‘acusou’ Merkel de não ser capaz de

ultrapassar “a consideração oportunista dos joguinhos da política interna”, cedendo ao “medo das armas de destruição maciça da imprensa tablóide” (esquecendo “a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros”) e “bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do estado”. Com razão, Habermas confessa: “apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu”.¹⁶

6. – Embora a UE não seja um *estado federal*, o BCE foi concebido como uma *instância supranacional*, um verdadeiro *banco central federal*. Os bancos centrais nacionais dos países do euro (meras *repartições periféricas* do BCE) têm um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana, sendo obrigados a cumprir as deliberações e orientações do BCE.

Os estados da zona euro perderam a capacidade de se financiar através da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos “mercados” e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

O BCE reivindica para si próprio “um núcleo central de soberania.”¹⁷ Seja ou não ‘soberano’ o BCE, a verdade é que o facto de não existir um *estado europeu* com o qual o BCE seja obrigado a concertar a sua atuação reforça consideravelmente a ‘independência’ deste *banco central*, que é o banco central mais fiel aos cânones monetaristas radicais, o banco central mais ‘independente’ que se conhece, desde a ‘revelação’ do dogma neoliberal da *independência dos bancos centrais*.

A sua *independência* traduz-se no facto de ele estar impedido de solicitar ou de receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros. Segundo o entendimento a que se chegou no Conselho de Helsínquia (dezembro/1999), as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes no domínio das atribuições do Banco mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social.

O objetivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda, é, segundo os seus Estatutos, o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica, nomeadamente o

¹⁶ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 135-140 e 153/154.

¹⁷ É o que se afirma no *Boletim Mensal do BCE* (outubro/2000, 55): “o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania”.

crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado. É, pois, um banco central que não foi dotado dos meios que lhe permitam atuar no combate às crises cíclicas.

Muito diferente é a situação nos EUA (como no Japão, no RU, na China e em outros países), onde o banco central é uma *agência governamental* entre outras, *independent within the Government*, obrigado a trabalhar no sentido de adequar a sua ação não só ao objetivo da estabilidade dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

Acresce que os países referidos no parágrafo anterior (e muitos outros) podem financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (i. é, à emissão de moeda). Ao invés, a UE e os estados-membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados-membros. O BCE tem dado milhões à banca, para esta continuar a dedicar-se ao seu jogo preferido: a especulação, os jogos de casino com o dinheiro dos povos. E tem-se empenhado em transferir o *lixo tóxico* da banca privada para a esfera pública.

Tem razão Mark Blyth quando defende que “a austeridade não é apenas o preço da salvação dos bancos. É o preço que os bancos querem que alguém pague”. A pretexto da crise que provocaram através de práticas criminosas pelas quais ninguém foi responsabilizado, os bancos têm recebido do erário público muitos milhares de milhões de euros (e dólares), que vêm utilizando para financiar o *crime sistémico*.

Há quem defenda que “a Europa poderá ter que deixar cair o euro para se salvar a si própria” (Joseph Stiglitz). Mesmo que assim não seja, eu creio que quem quiser salvar o euro (e a ‘Europa’ que o criou) tem de entender que é imperioso rever, de alto a baixo, este *estatuto esquizofrénico* do BCE. O BCE tem de abandonar o esplêndido isolamento da sua *independência* anti-democrática e deve assumir-se como um *verdadeiro banco central*, com capacidade para emitir moeda destinada a financiar diretamente os investimentos da União e dos estados-membros, para adequar a taxa de câmbio do euro às necessidades conjunturais, para adquirir títulos de dívida pública no mercado primário e para ajudar os países da UE a promover uma estratégia de desenvolvimento sustentado e a prosseguir políticas públicas de combate às crises.

Não é tolerável este domínio do capital financeiro sobre a política e sobre a economia. Mesmo aqueles que, na senda de Keynes, apenas pretendem salvar o capitalismo, em moldes que permitam a sua coexistência com as regras do jogo democrático, têm de levar a sério as propostas keynesianas no sentido da defesa da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado da poupança da comunidade e dos fluxos do investimento por ela alimentados*. Por estas razões defendeu Keynes a “eutanasia do rendista” e defendeu a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada”

para assegurar a utilização mais correta da poupança nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização” e de *uma certa socialização do investimento* (“a somewhat comprehensive socialization of investment”).

Perante o beco sem saída cada vez mais evidente a que conduzem as estruturas neoliberais da própria UE e as políticas neoliberais em curso, sinto-me confortado por ver que um número crescente de autores se vem pronunciando no sentido de que a saída da crise generalizada do capitalismo exige medidas de fundo, que passam pelo abandono do princípio da liberdade de circulação do capital, pela destruição dos paraísos fiscais, pela socialização do setor bancário e segurador, pelo fim da independência absoluta dos bancos centrais, pela revogação do princípio da banca universal (regulação estrita da atividade financeira), pelo reforço da progressividade do sistema fiscal, pela tributação das transações financeiras, pelo combate à fraude e à evasão fiscais, pelo reforço do estado social, pela melhoria dos rendimentos do trabalho, pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para tanto, é necessário que as instâncias políticas democraticamente legitimadas não sejam substituídas pelos “mercados”; é necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado. Tal como os estados nacionais, a União Europeia não pode ser dominada pelos bancos. Tem que ser ela a dominar os bancos, a começar pelo BCE. Como realça James Galbraith, “os estados não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros: a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso.”

7. – O euro foi uma das ‘maravilhas’ anunciadas com o pacote da UEM. Desde o início, porém, houve quem chamasse a atenção para as consequências negativas da adesão ao euro por parte de países como Portugal, bem como para os ‘danos colaterais’ resultantes da ‘independência’ e das competências de inspiração monetarista do BCE e das exigências do PEC (“Pacto de Estabilidade e Estagnação”, na designação de J. Ferreira do Amaral, “estúpido” e “medieval”, na catalogação de Romano Prodi, então Presidente da Comissão Europeia).

A título de exemplo, referirei apenas a intervenção de Carlos Carvalhas (então Secretário-Geral do PCP) na Assembleia da República, em 1997, na qual o PCP anunciou a sua posição contrária à adesão de Portugal ao euro: “A moeda única é um projeto ao serviço de um diretório de grandes potências e de consolidação do poder das grandes transnacionais (...), por uma nova divisão internacional do trabalho e pela partilha dos mercados mundiais. A moeda única é um projeto político que conduzirá a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento dos salários, à liquidação dos direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do estado.”

A verdade é que as novas ‘regras do jogo’ introduzidas com o euro favoreceram as posições e reforçaram as vantagens dos países mais fortes da Eurozona (em especial a Alemanha),

impedindo ao mesmo tempo o crescimento económico e o desenvolvimento social dos países mais débeis, entre os quais Portugal.

No contexto europeu, a Alemanha foi, sem dúvida, o país que mais beneficiou com o euro (praticamente, o único), aproveitando ainda da baixa do preço do petróleo em euros, graças à desvalorização do dólar face ao euro. Estas vantagens ajudarão a compreender que a balança dos pagamentos correntes da Alemanha (negativa em 1991, ano da reunificação) começasse a registar saldos positivos logo em 2002, dois anos após a entrada em circulação do euro (entre 1995 e 2007, o saldo passou de -1,7% para +7,5% do PIB). Mas o ‘êxito’ da Alemanha tem um reverso: o crescimento acentuado do défice da *balança de pagamentos correntes* de vários países da zona euro, entre os quais Portugal (de um saldo positivo de 2,7% do PIB em 1995 passou para um saldo negativo de 10,1% do PIB em 2007). Faz todo o sentido falar de *deutsche euro*...

Após a reunificação, a Alemanha empenhou-se em transferir para os restantes países da zona euro os custos da reunificação e da recuperação da economia alemã. O *deutsche euro* foi um instrumento poderoso ao serviço da política neo-mercantilista adotada no quadro da *Agenda 2010*, que contraria em absoluto a filosofia orientadora da integração europeia, põe em causa a coesão social no seio da sociedade alemã e no seio da UE e ameaça a estabilidade da frágil UEM, fortemente afetada pelas suas consequências. Com base nela, a Alemanha ‘exportou’ os seus défices externos para os países mais fracos que com ela partilham a mesma moeda. E esta ‘exportação’ foi a mola impulsionadora da *dívida externa* (*dívida pública* e *dívida privada*) de vários países da zona do euro, em especial os ‘países do sul’.

Por outro lado, essa política conduziu a uma contribuição da Alemanha para a procura europeia global muito inferior ao seu peso na economia da zona euro, provocando défices comerciais cada vez maiores dos parceiros europeus da Alemanha, obrigados a *endividar-se* para pagar os bens que a Alemanha precisa de exportar. O respeito pelos Tratados estruturantes da UE e pelas ‘regras do jogo’ no seio de um espaço com a mesma moeda deveria levar a Alemanha a adotar medidas capazes de aumentar o rendimento disponível dos alemães, de modo a que o aumento da procura interna na Alemanha ofereça mercados aos demais países da Europa, que estão a ‘financiar’ os excedentes da Alemanha. Só assim os ‘parceiros’ da Alemanha na zona euro poderiam pagar, sem se endividarem, os bens que a Alemanha lhes vende (e precisa de vender, porque uma percentagem elevada das exportações alemãs destina-se ao mercado comunitário).

A verdade, porém, é que a Alemanha faz gala de não cumprir os Tratados, nada fazendo para anular (ou reduzir) os excedentes da sua balança comercial e das contas públicas (7% do PIB). Ao contrário: vem reforçando os seus saldos positivos à custa dos défices comerciais, dos défices orçamentais e da dívida externa (pública e privada) dos ‘países do sul’, aos quais prega sermões sobre a necessidade de cumprir, custe o que custar, as normas dos Tratados (as que convêm à Alemanha) e as exigências da *troika*. Têm razão, por isso mesmo, todos aqueles que entendem que “a mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”.

Apesar desta situação escandalosa, foi preciso esperar até meados de novembro/2013 para que o Presidente da Comissão Europeia viesse (finalmente!) anunciar que a Comissão iria abrir um procedimento para averiguar a situação de incumprimento dos Tratados por parte da Alemanha. Sintomaticamente, esta medida só foi anunciada (do anúncio à execução vai todo um mundo...) depois de a Administração americana ter vindo a público ‘acusar’ a Alemanha de estar a prejudicar a economia europeia e a economia mundial. Até então, apesar de ver a Europa a ser destruída a cada dia que passa, a Comissão Europeia esqueceu-se por completo do seu papel de garante do cumprimento dos Tratados. De todo o modo, o espetáculo do Presidente da Comissão Europeia (que as televisões transmitiram) a anunciar aquele procedimento foi verdadeiramente deprimente. Quem o ouviu e viu não pode deixar de concluir que o Presidente da Comissão Europeia subiu ao palco apenas *para europeu ver* (depois da intervenção pública dos EUA, seria escandaloso não fazer o seu ‘número’). Mas o que os europeus viram foi um ‘capataz’ embaraçado, receoso e comprometido, a dizer ao ‘patrão’ que aquilo não era para levar a sério, que a Europa precisava era de muitas ‘alemanhas’. Parece óbvio que tudo se vai passar como a Alemanha quiser. Mas parece óbvio também que os povos europeus não precisam das ‘alemanhas’ que, de forma contumaz, não cumprem os tratados que impõem aos outros.

Em livro recente, J. Ferreira do Amaral sustenta, com bons argumentos, que “a moeda única criou um enviesamento recessivo para a Europa, aprofundou o fosso entre países mais competitivos e menos competitivos, criou um espaço economicamente instável, sem meios de corrigir desequilíbrios conjunturais, e retirou possibilidades de crescimento às regiões presentemente menos competitivas, mas que são justamente as de maior potencial de crescimento futuro”. “O euro – conclui – poderá ter lançado a Europa num processo irreversível de decadência e de ressentimentos amargos.”

No quadro da UEM, o euro é uma *moeda sem estado*. É a moeda de um espaço que não tem um parlamento nem um governo dotados de legitimidade e de competência para definir políticas e dotados de meios para as executar, um espaço que não tem uma política económica integrada nem um orçamento suficientemente forte para ter efeitos redistributivos, nem tem uma política fiscal minimamente harmonizada, nem assume uma dívida comunitária (uma ‘dívida federal’).

Na altura da adesão ao euro, vários países adotaram a moeda única com paridades que sobrevalorizaram muito as moedas nacionais substituídas pelo euro. Estes países (entre os quais Portugal) passaram a exportar em moeda forte, o que tornou mais caros os seus produtos nos mercados externos. Acresce que o desejo, por parte dos grandes países da Eurozona, de fazer do euro uma moeda forte, capaz de se afirmar como moeda de reserva alternativa ao dólar, conduziu a uma valorização ainda maior da moeda única. Nestes quase treze anos de existência, calcula-se que rondará os 34,5% a valorização do euro em relação ao dólar.

Esta valorização poderá ter sido benéfica para os países mais fortes, que exportam (sem grande concorrência) bens de produção essenciais ao desenvolvimento da atividade produtiva de outros países e bens e serviços de tecnologia avançada e de elevado valor acrescentado. Mas afetou muito negativamente a capacidade de crescimento dos países mais débeis. Para países como Portugal, que exportam essencialmente produtos de baixa tecnologia e de fraco valor acrescentado, a valorização do euro significou, só por si, um aumento de 34,5% do preço dos produtos portugueses. O *desafio do euro* a que se referiam os defensores da nossa entrada para o ‘pelotão da frente’ veio a traduzir-se, como hoje é claro, em resultados contrários aos que os ‘bravos do pelotão’ esperavam.

Tomando o período entre 2001 e 2009, a economia portuguesa quase não cresceu (em média, 0,5/0,6% ao ano, muito pouco, se compararmos com a taxa de 5% registada na década 1971-1980 ou com a taxa de 4% no período entre 1986 e 2000); o investimento público diminuiu 3% ao ano, tendo diminuído também a despesa pública agregada; o défice público quase triplicou; o endividamento do estado, das empresas e das famílias aumentou; a produção industrial diminuiu (-1,8% ao ano); o défice da balança de pagamentos correntes aumentou (17 mil milhões de euros em 2009); a taxa de desemprego quase duplicou; o poder de compra da população diminuiu (cerca de 0,3% ao ano entre 2005 e 2009); a parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional diminuiu acentuadamente. Pela primeira vez há muitos anos, o PIB baixou ininterruptamente em 2010, 2011 e 2012 (3,2% neste último ano), e vai continuar a diminuir em 2013, não se sabe até quando. O reino do euro não tem sido bom para Portugal.

8. - À luz do que fica dito, impõe-se fazer dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, o problema em equação em 2008 e que a crise veio agudizar não se apresenta, pois, para Portugal e para outros países (como a Espanha, a Grécia e a Irlanda), como um problema de *dívida pública* (um problema de *dívida soberana*) mas como um problema de *dívida externa* (pública e privada), que representava mais de $\frac{3}{4}$ da dívida pública.

Vários autores vêm sustentando, aliás, que o endividamento externo dos países da ‘periferia’ da Eurozona se deve, em grande medida, ao comportamento do setor privado desses países, que, incapaz de concorrer com as economias do ‘centro’, gerou enormes défices financeiros. A origem da dívida externa destes países está, pois, nos défices das respetivas balanças de pagamentos correntes. O resto é obra dos mecanismos bem oleados da especulação financeira profissional, da crise e das políticas de salvamento do sistema financeiro, que agravaram e prolongaram a crise e as suas consequências. Por isso é que a *dívida externa* aumentou mesmo nos países em que o défice das contas públicas diminuiu e não ultrapassou o limite de 3% imposto pelo PEC (a Espanha e a Irlanda tinham saldos positivos). O que aconteceu, em todos eles, foi um aumento do défice privado muito superior ao do défice público (mesmo na Grécia e em Portugal, onde se registou um aumento deste último défice).

Em segundo lugar, a situação criada em Portugal e em outros países não pode explicar-se pelos *vícios* dos ‘países do sul’, cujos povos preguiçosos persistiram no ‘pecado’ de querer viver acima das suas posses. No início da crise, mais de 60% das famílias portuguesas não deviam nada aos bancos; a dívida das famílias era, em grande parte, dívida das famílias de rendimentos mais elevados; uma fatia importante desta dívida foi contraída para a compra de habitação própria, uma *escolha racional*, tendo em conta a quase inexistência do mercado de arrendamento, o nível elevado das rendas e as taxas de juro relativamente baixas. Acresce que o peso do crédito mal parado relativo às dívidas das famílias era bastante inferior ao do crédito mal parado resultante de dívidas das empresas.

Com um estado privado da soberania monetária e financeira e amputado dos meios que poderiam permitir-lhe uma intervenção estratégica na orientação do investimento, são os bancos que exercem essa função que deveria ser uma função de soberania: decidir sobre o consumo e o investimento e sobre o destino do investimento global. E, como é notório, a banca, os grandes grupos económicos e os governos de serviço (com a cumplicidade ativa das instituições da UE) utilizaram a poupança dos portugueses e o crédito que pediram no estrangeiro em atividades especulativas (no setor financeiro e nos negócios escuros das PPP, por trás dos quais está a banca) e aplicaram o resto nos setores ‘protegidos’ que lhes garantem mais lucros (verdadeiras *rendas*), com destaque para os setores de bens não-transacionáveis (imobiliário, distribuição, energia, infra-estruturas, obras públicas).

Graças a este ‘esforço’, os bancos portugueses ficaram sem liquidez para conceder crédito à economia, e perderam a capacidade de se financiar no mercado interbancário, passando o BCE a ser o seu único financiador (aceitando como garantia títulos da dívida pública portuguesa). Foi a banca privada que, em março/2011, invocando falta de liquidez, ‘impôs’ ao Governo a decisão de recorrer à ‘ajuda’ do ‘grupo financeiro’ FMI-UE-BCE. Depois, obrigaram o povo português a pagar a conta, argumentando que *todos* temos de assumir que gastámos mal o dinheiro e que *todos* vivemos acima das posses (estado, empresas e famílias)!

9. - Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários alemães, Thomas Mann exortava-os, precisamente, a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*, exortação que foi recordada, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha. Hoje, não faltam razões para temer que este apelo se tenha esfumado. Em novembro de 2011, o secretário-geral do partido da Chanceler da Alemanha declarava num Congresso do seu partido que “agora na Europa fala-se alemão”. Mais recentemente, o consagrado sociólogo alemão Ulrich Beck veio confirmar o que é visível por todos: “a crise do euro tem levado à emergência – até

agora constante – da Europa alemã. (...) A Europa tornou-se alemã”, mas “dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu”.¹⁸

Vistas as coisas de outro ângulo, a Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora”, “visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa”, ditando, por parte da Alemanha, uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros”.¹⁹ E a *Europa alemã*, ‘governada’ por esta *Alemanha alemã*, que esqueceu a “cultura de moderação” que adotara até há poucos anos e que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, “viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”. Quem o afirma é Ulrich Beck.

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. As preocupações a este respeito vêm de vários setores. Joschka Fisher, antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, parece ser uma das pessoas preocupadas: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”.²⁰

Pessoalmente, perante as dificuldades por que passa o povo grego, impressiona-me muito o comportamento do governo alemão e da opinião pública alemã, que já aconselharam os gregos a vender o Parthénon e as ilhas do Mar Egeu. A Alemanha não pode esquecer que foi ela o devedor menos cumpridor da história do século XX, tratando-se, ainda por cima, de dívidas contraídas em associação com a prática de crimes gravíssimos contra os povos da Europa e de todo o mundo (*crimes conta a humanidade*). Não pode esquecer que mais de um milhão de gregos foram mortos em 1940 pelas tropas nazis, que causaram também ao povo grego enormes prejuízos materiais, sem contar com a pilhagem de obras de arte sem preço. Não pode esquecer que, oito anos apenas depois do fim da 2ª Guerra Mundial, vários países (entre os quais a Grécia, a Espanha e a Irlanda) acordaram em perdoar dívidas à Alemanha, proporcionando-lhe condições favoráveis ao seu desenvolvimento.²¹

¹⁸ Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 11, 89 e 111.

¹⁹ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 163-169.

²⁰ *Apud* J. A. FERNANDES, *Público*, 11.8.2012.

²¹ O chamado *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953) reflete o acordo estabelecido entre a devedora Alemanha (uma dívida avaliada em 32 biliões de marcos) e 26 países credores (os principais eram os EUA, o RU, a Holanda e a Suíça). Os EUA propuseram o perdão total da dívida contraída pela Alemanha após a 2ª Guerra Mundial, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos: *a*) perdão de 50% da dívida; *b*) redução considerável da taxa de juro; *c*) reescalonamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920); *d*) o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a recorrer a outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações); *e*) o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 50% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos

10. – Por mais estranho que tal pareça, a verdade é que o que foi concedido à Alemanha ‘pecadora’ (responsável por duas guerras mundiais no espaço de vinte anos) tem sido negado aos atuais países devedores no seio da União Europeia (mesmo entre países que partilham a mesma moeda e que se diz estarem integrados num espaço solidário...). Com efeito, perante a *crise do euro* (e *crise da ‘Europa’*), tem prevalecido, até hoje, a tese (alemã), de fundo racista indisfarçável, segundo a qual os problemas surgiram na sequência dos ‘pecados’ dos *povos do sul* e a tese segundo a qual essa ‘doença’ se cura pela penitência e pelo sacrifício purificador.

A “paixão europeia pela austeridade” de que fala Paul Krugman (ou a “fixação europeia na austeridade” a que se refere Mark Blyth) alimenta-se daquela ‘teologia’ perversa.

Num livro importante em que estuda a história da “ideia perigosa” da austeridade e faz uma cuidada análise crítica das políticas de austeridade, Mark Blyth salienta que “a austeridade é, em primeiro lugar e acima de tudo, um problema político de distribuição, e não um problema económico de contabilidade. (...) A austeridade é “uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução dos salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do estado, as dívidas e os défices.”²²

Posta de lado na sequência da Grande Depressão, a tese da *austeridade regeneradora* renasceu há duas ou três décadas atrás e emergiu agora, com a força destruidora de um vulcão, depois da crise bancária que teve início nos EUA em 2007/2008 e que rapidamente contaminou toda a Europa. Entendida como “penitência” (“a dor virtuosa após a festa imoral”), a austeridade não é “uma dieta de dor que todos partilharemos. Poucos de nós são convidados para a festa, mas pedem-nos, a todos, que paguemos a conta”. A austeridade – conclui Mark Blyth – “depende de os pobres pagarem os erros dos ricos”.

Os seus defensores entendem que ela inspirará “confiança empresarial”, e esta, como uma espécie de varinha mágica, promoverá o crescimento económico e resolverá todos os problemas. Em junho/2010, Jean-Claude Trichet, um verdadeiro ‘papa’ do neoliberalismo e então Presidente do BCE, dizia ao jornal *La Repubblica*: “No que diz respeito à economia, a ideia de que as medidas de austeridade podem levar à estagnação é incorreta”. Tinha razão: levaram à recessão, que é muito pior do que a estagnação. Que o digam a Grécia, a Irlanda, Portugal e outros

e a sua renegociação em caso de dificuldades económicas; *f*) os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação; *g*) o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

A História ensina que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História.

²² Cfr. M. BLYTH, *ob. cit.*, 16, 29, 32 e 35. Neste livro o autor mostra quais os interesses que estas políticas visam proteger e mostra que há outras soluções (mesmo ficando apenas no plano da fiscalidade) para resolver os problemas do défice e da dívida.

países vítimas da ‘guerra santa’ desencadeada contra eles pelos Trichet-ficéis-da-austeridade-regeneradora.

No entanto, autores como Joseph Stiglitz ensinam que, “durante sessenta anos, nenhum economista respeitável admitiu que uma economia que se encaminha para uma recessão deve ter um orçamento equilibrado”, e mostram que, nos anos 1990, “os países [asiáticos] que recusaram as restrições impostas pelo FMI cresceram mais rapidamente, com mais igualdade e mais redução da pobreza do que aqueles que obedeceram às suas ordens” e cumpriram os programas de austeridade.²³

E é dos livros que, mesmo acreditando-se na tese da *austeridade expansionista* (que os estudos empíricos não confirmam), políticas deste tipo devem ser evitadas numa situação de crise financeira e económica global e não devem ser aplicadas simultaneamente em vários países que são importantes parceiros comerciais uns dos outros (porque os efeitos recessivos verificados em um deles desencadeiam e reforçam efeitos recessivos nos demais).

Mark Blyth não exagera quando sublinha que os custos da “arrogância epistemológica” e da “insistência ideológica” que caracterizam as políticas de austeridade “têm sido, e continuam a ser, horrendos.”²⁴ E Joseph Stiglitz mostra que, por toda a Europa, os países que adotaram *políticas de austeridade*, por sua iniciativa ou por imposição dos “mercados” (que fazem a ‘guerra’ por interpostas *troikas*), “entraram em recessões mais profundas, e, à medida que estas se aprofundavam, as melhorias esperadas no plano fiscal foram decepcionantes.” Confirma-se o que já se sabia: “praticamente não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade.”²⁵

A experiência dos ‘povos do sul’ da Europa (a Irlanda ‘naturalizou-se’ ‘sulista’) tem mostrado, aliás, que, além de injusta, a austeridade *não funciona*. As *políticas de austeridade regeneradora*, impostas na sequência da *crise do capitalismo* e da *crise do euro*, têm agravado a situação criada pelo euro, não só em Portugal, mas em toda a Europa. Portugal sofre um processo de empobrecimento acelerado, que ameaça hipotecar o futuro. Somos um país mais pobre, mais ‘velho’, com menos saúde, menos preparado e menos confiante. O caso da Grécia é ainda mais dramático.

Não se compreende que o FMI erre grosseiramente como ele próprio reconheceu há tempos que *errou* ao calcular o chamado *multiplicador fiscal* (ou *multiplicador da austeridade*), em especial no que se refere a Portugal. Pressupôs o FMI que cada euro de austeridade (cada euro a menos no défice orçamental) provocaria 50 cêntimos de recessão (de diminuição do PIB), tendo vindo a concluir que, afinal, cada euro de austeridade arrasta uma diminuição do produto entre 90 e 170 cêntimos. E não se compreende que a Diretora-Geral do FMI fale da “fadiga da

²³ Cfr. J. STIGLITZ, *El Malestar...*, cit., 141 e 308.

²⁴ Cfr. M. BLYTH, *ob. cit.*, 22 e 29.

²⁵ Cfr. J. STIGLITZ, *O Preço...*, cit., 23.

austeridade”, ao mesmo tempo que continua a impô-la, sem contemplações, em doses letais, aos povos ‘condenados’ a executar ‘programas de ajustamento’. Talvez a austeridade esteja ‘fatigada’, mas os ‘austeritários’ que mandam nas *troikas* obrigam-na a ir à luta, para martirizar os povos, com o pretexto de reduzir a dívida pública (que, por pura teimosia, persiste em aumentar na sequência das tais *políticas de ajustamento*).

O mínimo que se pode exigir a quem comete um *erro* e o reconhece é que cesse imediatamente a conduta errada e indenize os que sofreram as consequências do seu erro. Descontada a incompetência, fica de pé a atitude deliberada e fria de ‘castigar’ os povos do sul da Europa com sacrifícios enormes, para salvar o euro de uma crise que deveria ter sido combatida com o contributo de todos os países da Eurozona, na proporção da sua riqueza e das vantagens que extraem do sistema da moeda única.

Compreende-se agora a razão por que foi ‘inventada’ a *crise das dívidas soberanas* e as políticas que têm obrigado os ‘colonizados’ *povos do sul* a pagar o preço da ‘crise’ e a tapar os buracos do sistema bancário, nomeadamente da Alemanha e da França. Malhas que o império tece...²⁶

Compreende-se agora que os mais altos responsáveis por essas *políticas erradas* (o FMI e a União Europeia) continuem a falar delas como se fossem não só inevitáveis mas também saudáveis para a economia.

Compreende-se agora que os responsáveis das *troikas* (que Paul Krugman chamou, muito recentemente, “insolentes e delirantes”) continuem fiéis à sua “paixão” de “prosseguir uma austeridade sem limites”. Esta “paixão pela austeridade” justifica-se porque ela visa, em última análise: destruir a soberania dos estados nacionais, obrigados a privatizar os serviços públicos e os setores estratégicos da economia, que constituem os verdadeiros alicerces da soberania e do estado de direito democrático; humilhar e ‘colonizar’ os povos dos países devedores; destruir o estado social; difundir a cultura do medo e alterar a favor do capital a estrutura das relações laborais, anulando a contratação coletiva, enfraquecendo os sindicatos, precarizando o emprego, facilitando e embaratecendo os despedimentos, reduzindo os salários e os direitos dos trabalhadores, aumentando o horário de trabalho, reforçando, em suma, a exploração dos trabalhadores.

11. – A *política de austeridade* é a política em curso nesta ‘Europa’ construída “à porta fechada”, mesmo por governos da responsabilidade de partidos socialistas ou social-democratas,

²⁶ Como é sabido, a *troika* emprestou dinheiro aos países devedores a taxas de juro agiotas. Em 2012, ficámos a saber que o BCE tinha ganho mais de três mil milhões de euros só em operações sobre títulos da dívida pública grega. E, segundo os jornais (24.8.2013), a Alemanha tinha ganho, até então, com os negócios sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros.

que alguém definiu como a “esquerda choramingas”,²⁷ a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a exclusão social, mas que se recusa a identificar as suas causas estruturais, para não ter de as combater, levando tudo à conta da *globalização incontornável* (talvez a “globalização feliz” de que tanto se falou há uns anos atrás...), para a qual *não há alternativa...*, sendo mesmo apontada como “reacionária” qualquer ideia de *desglobalização*, i. é, de desmantelamento do império do grande capital financeiro.²⁸

Só a atitude desta “esquerda choramingas” (ou “esquerda de direita”), que “nunca quer questionar nada”, permite compreender a facilidade com que, em março/2012, foi aprovado (como sempre, “à porta fechada”, a pretexto da crise) o chamado *Tratado Orçamental*, um tratado que, como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, é “um modelo político de marca alemã”, um produto imposto não por uma “Alemanha cooperante”, mas pela *Grande Alemanha*, liberta da “consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, após a derrota militar, política e ética da Alemanha nazi, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros”, mas por uma Alemanha ciosa de afirmar “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães.”

Ignorando todas as críticas feitas às deficiências estruturais da UEM (que a presente crise tornou visíveis a olho nu), este *Tratado* persiste em negar o que Paul Krugman considera “o fracasso de uma fantasia”.²⁹ Só esta atitude de ‘negação’ explica que se insista no erro de impor as *mesmas regras* (saídas da cabeça de tecnocratas iluminados e muito sensíveis aos interesses do grande capital financeiro) a países com situações e com histórias completamente diferentes, ignorando que a política não pode reduzir-se à *aplicação mecânica de regras iguais para todos*.

Os seus mentores continuam a pensar que a *crise do euro* (a *crise da ‘Europa’*) não tem nada que ver com a *crise do capitalismo* que teve início em 2007/2008, imputando as *culpas* da

²⁷ A expressão “esquerda choramingas” é de Frédéric LORDON (“A desglobalização...”, cit.), para caracterizar uma ‘esquerda’ que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da ‘globalização’: “a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento acionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento do endividamento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer instituições financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político.”

²⁸ Assim Pascal LAMY, em *Le Monde*, 1.7.2011.

²⁹ Cfr. P. KRUGMAN, “Quando...”, cit.

‘crise’ aos *povos do sul*, acusados de viver acima das suas posses. Só assim se compreende que toda a sua lógica assente na condenação dos ‘pecadores’ por ‘pecados’ que não cometeram, impondo-lhes *programas de austeridade perpétuos* que destroem as suas economias, põem em causa as regras do estado de direito democrático e minam as bases da sua soberania.

Nos termos deste Tratado, alerta Habermas, “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respetivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais (ou dos parceiros sociais).” Por outro lado, insiste o filósofo alemão, “o direito da Comissão a analisar *atempadamente*, portanto antes das decisões dos Parlamentos, os orçamentos dos estados-membros” “afeta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, o que traduz “a arrogância de criar um precedente eficaz”. Para os cidadãos dos estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de “os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutra lugar.” Estas são soluções que não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática.”³⁰

Tem razão o Primeiro-Ministro britânico quando afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*. Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Porque o que está em causa, verdadeiramente, é a *ilegalização da democracia*, num *Tratado* que transforma em normas jurídicas (que ‘constitucionaliza’) pontos de vista doutrinários em matéria de política económica. Com efeito, a *regra de ouro das finanças sãs* (que, até há poucos anos, todos os manuais ridicularizavam...), à semelhança de outras constantes dos Tratados estruturantes da UE (a regra da independência dos bancos centrais, os requisitos do PEC, etc.), são meras sínteses das *opções políticas* do grande capital financeiro, as opções que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*, transformadas, como que por magia, em *normas jurídicas*, de nível ‘constitucional’.

Na minha leitura, estas *regras (normas-travão)* são as *regras do jogo* impostas à economia real e aos cidadãos pelo setor dominante da classe dominante do *capitalismo de casino* e visam garantir que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. A mensagem que se quer fazer passar para os cidadãos da ‘Europa’ é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos ficam impedidos de respeitar aquele mandato, amarrados que estão por estas *regras* decorrentes do figurino neoliberal.

Mais uma vez por portas travessas, este *Pacto* visa, fundamentalmente, ‘constitucionalizar’ e eternizar o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade*, tornando o crescimento impossível para

³⁰ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 73 e 163-169.

muitos países, que, como Portugal (e os ‘países do sul’) sofreriam um brutal *retrocesso civilizacional*, vendo inviabilizada a sua capacidade de desenvolvimento autónomo. E sem desenvolvimento não há democracia e a paz fica ameaçada.

Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno, visão que, embora traduza uma certa realidade, não pode esconder a verdadeira essência do que está a passar-se: uma imposição do capital financeiro e dos estados e outras instâncias do poder político ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

Argumentando que os homens e os povos (ou alguns povos do ‘sul’) são incapazes de autogoverno, estão a construir um novo *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro.

As posições doutrinárias e a prática política dos governos nacionais e das instituições comunitárias justificam inteiramente as preocupações do antigo Presidente socialista do governo de Espanha, Felipe González, que, no início deste ano de 2013, reconhecia os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível”.³¹

12. – Parece hoje indiscutível que foi um erro a adesão de Portugal ao euro-moeda-única, ainda por cima a este *euro alemão*, concebido e concretizado ao serviço da estratégia imperial da Alemanha. Ao contrário do que anunciaram os militantes defensores da adesão de Portugal ao euro – talvez convencidos de que ele seria uma nova ‘Índia’ que nos traria, como que por milagre, o leite e o mel da nossa felicidade –, ele não aproximou o País da ‘Europa’, muito menos do “pelotão da frente” de que falavam os ‘euristas’. Portugal está a afastar-se da Europa.

No que me diz respeito, sinto-me bem acompanhado por este diagnóstico de J. Ferreira do Amaral: “Vinte anos depois – escreve o autor –, a economia portuguesa está destruída, o estado em bancarrota, o País nas mãos de credores e sujeito a políticas ditas de ajustamento que reforçam esse domínio, os jovens portugueses desesperam e vêm-se obrigados a emigrar em

³¹ Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013. Ninguém melhor para confirmar este diagnóstico de Felipe González do que um antigo ministro da economia num Governo do PSOE, ao fazer esta confissão, num livro publicado em 1996: “a redução do desemprego, longe de ser uma estratégia de que todos sairiam beneficiados, é uma decisão que, se fosse levada à prática, poderia acarretar prejuízos a muitos grupos de interesses e a alguns grupos de opinião pública” (citação colhida em V. NAVARRO, J. LÓPEZ e A. ESPINOSA, *ob. cit.*, 83/84). Quer dizer: as políticas ativas de combate ao desemprego e de promoção do emprego não são levadas a sério porque o *desemprego interessa a muitos grupos de interesses*, os interesses ligados ao grande capital, que, enfraquecendo os trabalhadores e as suas organizações, podem reforçar as condições da sua exploração.

massa; o desemprego ultrapassa todos os máximos anteriores; a própria sobrevivência de Portugal está em risco.”³²

Perante este quadro, tem-se discutido a questão de saber se a solução preferível para estes países não será mesmo a cessação de pagamentos, seguida da saída da Eurozona (abandono do euro) e da renegociação forçada da dívida, problemática que ganhou importância renovada em função da nova situação criada pela eleição, na Grécia, de um Governo que não parece disposto a continuar a aplicar políticas de austeridade penalizadoras dos trabalhadores e dos pobres e a manutenção, no essencial, das posições anteriores por parte da União Europeia (em especial por parte da Alemanha e seus aliados) e por parte do FMI. Esta é, porém, uma questão que não poderei abordar aqui, por manifesta falta de tempo.³³

13. - À escala global, a presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) que são o suporte da hegemonia do grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

Desfeita, no início da década de 70 do século XX, a miragem do *capitalismo sem crises* saído da ‘revolução keynesiana’, o triunfo da “contra-revolução monetarista” e dos dogmas neoliberais significou, em certos aspetos, o regresso ao século XIX. E o estado capitalista cumpriu o seu papel nas condições históricas das últimas três ou quatro décadas.

Após o desmoronamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo permitir todas as liberdades ao capital e esvaziar todos os direitos dos trabalhadores. Foi o reino do *pensamento único* e do *deus-mercado*. Foi a assunção (sem disfarce) do capitalismo como a *civilização das desigualdades*. Foi o ‘regabofe’ do *capitalismo de casino*, arrastando consigo a praga do *crime sistémico* e os perigos inerentes ao *fascismo amigável* (Bertram Gross) e ao *fascismo de mercado* (Paul Samuelson), que estão agora mais claros e mais próximos.

Enquanto ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, o neoliberalismo, ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, não é uma ideologia libertária, que dispensa o estado. Nas sociedades de classes

³² Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos...*, cit., 15, 72, 92 e 93ss.

³³ Ver o meu artigo “O euro...”, cit.

em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. E o neoliberalismo e o *projeto político* por ele veiculado exige, como todos podemos observar nos tempos que correm, um forte *estado de classe*, capaz de prosseguir objetivos ambiciosos.

Num livro de 1994, Andrew Gamble mostrou isto mesmo, com base na análise da experiência do thatcherismo: “a Nova Direita acredita que para salvar a sociedade livre e a economia livre é necessário restaurar a autoridade do estado. (...) A doutrina-chave da Nova Direita e do projeto político que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* (“enemies without”) e aos *inimigos internos* (“enemies within”).³⁴

E a análise do que se tem passado nos últimos trinta ou quarenta anos confirma isto mesmo. Foram as instituições do poder político (a *ditadura do grande capital financeiro*: os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*, assente nos seguintes pilares: *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); *desregulação* de todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*, a *sida da economia mundial*); imposição do dogma da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na ‘privatização’ dos estados nacionais, dependentes dos “mercados” (como as famílias ou as empresas) para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); privatização do setor público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água!) e as empresas estratégicas que são o verdadeiro suporte da soberania nacional; aplicação de sistemas fiscais que favorecem os ricos e sufocam os pobres.

Só um *estado forte* poderia ter criado as condições que permitiram levar à prática os comandos do *Consenso de Washington*, dispensando o *compromisso* dos tempos do estado social keynesiano, substituindo-o pela *violência* do *estado neoliberal*, que se vem abatendo sobre os trabalhadores, com o objetivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade, violência que se tem traduzido: na desregulamentação das relações laborais; na ‘guerra’ contra os sindicatos; no esvaziamento da *contratação coletiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana); no desmantelamento do estado social e no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*).

14. – No contexto europeu, é hoje muito claro que a atual *crise do capitalismo* se está a traduzir, na Europa, em uma *crise do euro*, uma *crise da ‘Europa’*, uma *crise da democracia*.

³⁴ Ver A. GAMBLE, *The Free Economy...*, cit. 35 e 63-68 (todo o capítulo 2).

Vários são os autores que convergem nesta análise, com destaque (talvez não seja por acaso) para autores alemães. Ulrich Beck não tem dúvidas: “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal.”³⁵

Segundo este destacado sociólogo alemão, os governos impõem *políticas de austeridade* “geradoras de tanta desigualdade e injustiça, que imputam, escandalosamente, aos grupos mais fracos os custos resultantes de um sistema financeiro que ficou descontrolado”; os governos adotam um “socialismo de estado para os ricos e os bancos” e aplicam as receitas do “neoliberalismo para a classe média e os pobres”; os governos adotam “políticas que salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens”.

Por isso é que “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra”. Por isso é que Ulrich Beck tem razão ao concluir que a situação atual na Europa se caracteriza pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam”.

É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais. Mas a verdade é que os partidos do ‘arco do poder’ (que assim se assumem, como que confiscando a liberdade de escolha dos cidadãos eleitores) continuam, por toda a Europa, fiéis à tese de que *não há alternativa às políticas de austeridade* de inspiração neoliberal. Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse. O projeto de Habermas de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro” não parece viável, porque, como o próprio Habermas reconhece, a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático”. A submissão da *Europa neoliberal* ao *Consenso de Washington* (mantendo Keynes ‘morto’ e ignorando o *consenso keynesiano*) nega qualquer viabilidade a propostas como a de Ulrich Beck: um *novo contrato social europeu*, “uma nova era social-democrata a nível transnacional”.³⁶

Não sendo de esperar, com as atuais lideranças europeias, que possa concretizar-se o seu desejo de “aprofundamento da cooperação europeia”, Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro.”³⁷

E Ulrich Beck sustenta que todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas erradas adotadas para a enfrentar. Em resultado destas políticas, sublinha o sociólogo alemão, “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional”. A seu ver, tornou-se ambíguo o

³⁵ Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 111.

³⁶ Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 93ss.

³⁷ As citações de J. HABERMAS reportam-se à *ob. cit.*, 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

significado da cooperação e da integração europeia, sendo que a principal vítima desta ambiguidade é justamente “esta nova classe baixa da Europa” (os países devedores). “O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo”.³⁸ Venha o diabo e escolha..., porque, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será, a meu ver, mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*.

Em livro recente, também Wolfgang Streeck analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia* como “uma imunização do mercado a correções democráticas”. Na sua ótica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].³⁹

E logo explicita quais os caminhos que estão a ser percorridos para conseguir “a eliminação da tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um *primado duradouro do mercado sobre a política*” [os itálicos são meus. AN]: «‘reformas’ das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de regras, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de ‘peritos’*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*”.

O “primado duradouro do mercado sobre a política” passa ainda por outros caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*”.

É uma longa transcrição, que me pareceu pertinente registar aqui, porque vejo nela a síntese de pontos de vista que venho defendendo há anos em outros escritos.

³⁸ Cfr. Ulrich BECK, *ob. cit.*, 21 e 64.

³⁹ Ver W. STREECK, *ob. cit.*, 59-66 e 91-105.

A reflexão de Wolfgang Streeck ajuda-nos a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ nesta Europa à deriva falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de ‘*libertar*’ a *ação política* (nomeadamente da política financeira) *do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos ‘reformistas’ do “capitalismo democrático do pós-guerra”), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

15. - O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior. É uma catástrofe equivalente à perda de uma geração inteira numa guerra.

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de pobreza e de exclusão social e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro/2011, ao apresentar em Paris um Relatório da OCDE, o Secretário-Geral desta Organização recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise estão a conduzir ao *empobrecimento* de povos inteiros, ao alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social, ao aprofundamento da desigualdade, ao aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos), justificando plenamente esta conclusão e justificando também todas as preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz.

Porque o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. Porque esta não é uma estratégia promotora do crescimento, muito menos do crescimento equilibrado de todos os povos da União e, ainda menos, uma estratégia de aproximação dos níveis de vida de todos eles. É uma estratégia de domínio ‘colonial’ em benefício exclusivo da elite ‘colonialista’. Os mais débeis estarão cada vez mais no lugar da *panela de barro*, necessariamente esmagada pela *panela de ferro*.

É incontestável, por outro lado, que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social que delas tem resultado é algo que põe em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza não significa apenas baixo nível de rendimento ou baixo poder de compra, ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”.⁴⁰ Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia. Vale a pena levar a sério a advertência de Paul Krugman a este respeito: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real”.⁴¹

Quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a ascensão do nazismo – e a barbárie que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: “O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma ‘economia de armamento’ e termina inevitavelmente na guerra”.⁴² Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: “Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia”.⁴³

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

⁴⁰ Cfr. A. SEN, *ob. cit.*, 109.

⁴¹ Artigo no *New York Times*, 7.11.2011.

⁴² *Ob. cit.*, 426.

⁴³ Cfr. *Acabem...*, *cit.*, 31.

Não quero ser pessimista, mas a verdade é que a persistência nas políticas da UE (disfarçada de *troika* ou atuando como tal ou como BCE) que estão a arruinar a economia dos ‘países do sul’ e a minar a sua soberania, bem como a insolência com que os governantes dos ‘países do norte’ vêm enxovalhando a dignidade dos ‘países do sul’, têm todas as características de uma verdadeira guerra.

Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. Como se diz atrás, o chamado *Pacto Orçamental* constitui um verdadeiro “golpe de estado europeu”, que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados ‘povos do sul’ e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Pode estar em perigo também a paz na Europa. Jean-Claude Juncker (Primeiro-Ministro do Luxemburgo e até há pouco Presidente da Eurogrupo) tem toda a razão quando diz que “está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo”.⁴⁴

É um diagnóstico correto e preocupante: a presente *crise do capitalismo* tem vindo a acentuar e a evidenciar as contradições do ‘mundo velho’ que se julga predestinado para ser *eterno*. Só a luta organizada e consciente dos povos da Europa e do mundo pode evitar que este *poder ilegítimo*, que representa já um *grave retrocesso democrático*, arraste, mais uma vez, a Europa e o mundo para uma nova era de barbárie, e pode permitir que a crise abra o caminho para uma nova ordem europeia e mundial, assente na cooperação e na paz entre os povos. As condições não parecem particularmente favoráveis, mas não resta outro caminho, se queremos salvar a democracia.

⁴⁴ Entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, João Ferreira do – *Porque devemos sair do euro – O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*, Lisboa, Lua de Papel, 2013.
- ATTALI, Jacques – *Verbatim I*, Paris, Fayard, 1993.
- AVELÃS NUNES, A. J. – *A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006. Saiu uma edição para o Brasil (*A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*), com a chancela da Coimbra Editora e da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2007. O texto do livro foi publicado antes, com ligeiras alterações, no *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLVIII (2005);
- *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Página a Página, 6ª edição, revista e ampliada, 2013;
 - *O Estado Capitalista e as suas Máscaras* (3ª edição, revista), Lisboa, Edições Avante, 2013. Uma edição brasileira, com texto ligeiramente diferente deste, foi publicada no Brasil, também com o título *O estado capitalista e as suas máscaras*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013;
 - “Apontamento sobre a origem e a natureza das políticas de austeridade”, em *A austeridade cura? A austeridade mata?*, Eduardo Paz Ferreira (Coord.), Lisboa, Lisbon Law School Editions, 2013.
- BECK, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- BLYTH, Mark – *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013.
- CASSEN, Bernard – “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2007.
- CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre – *Pour l’Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005.
- FERNANDES, Jorge Almeida – “Temos razões para detestar Merkel? “, em *Público*, 11.8.2012, 22-24.
- GALBRAITH, James K. – “Que Europa para controlar os mercados?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2010.
- GAMBLE, Andrew – *The Free Economy and The Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, Macmillan, 1994.
- GENEREUX, Jacques – *Manuel Critique du Parfait Européen*, Paris, Seuil, 2005.
- HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- KALECKI, Michael – “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.), *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).
- KRUGMAN, Paul – “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*);
- *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- LORDON, Frédéric – “A desglobalização e os seus inimigos”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2011;
- “Sair do euro, mas como?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2013.
- NAVARRO, Vicenç, Juan Torres LÓPEZ y Alberto Garzón ESPINOSA – *Hay Alternativas – Propuestas para crear empleo y bienestar social en España*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2011.

SANTOS SILVA, Augusto – *Os valores da esquerda democrática – Vinte teses oferecidas ao escrutínio público*, Coimbra, Almedina, 2010.

SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. – *Globalization and its Discontents* (2002), trad. em castelhano, *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002;

– *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013.

STREECK, Wolfgang – *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.